

**NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DE INICIAIS DE
XXXXXXXXXX**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

FULANA DE TAL, brasileira, ex-convivente em união estável, do lar, nascida em X/X/X, natural de XXXXXX, filha de FULANA DE TAL, RG nº XXXXX SSP/XXX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliada na quadra XXX, conjunto XX, casa XX, XXXX, CEP: XXXXX, e-mail: XXXXX@gmail.com, telefone: (XX) XXXX-XXXXXXXX (com *whatsapp*);

FULANO DE TAL, brasileiro, solteiro, desempregado, nascido em XXXXXXXX, filho de FULANO DE TAL E FULANA DE TAL, residente e domiciliado na quadra X, conjunto X, casa X, XXXXX, CEP: XXXXX, RG XXXX/XXX e CPF XXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX (com *whatsapp*);

FULANA DE TAL, brasileira, solteira, operadora de caixa, nascida em XX/X/X, filha de FULNAO DE TAL E FULANA DE TAL, residente e domiciliada quadra X, conjunto X, casa X, XXXX, CEP: XXXX, RG XXXXX e CPF XXXX, e-mail: XXXXX@gmail.com, telefone: (X) XXXXX (com *whatsapp*), vêm, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX, com fundamento no art. 1.015, do Código de Processo Civil, interpor

<p>AGRAVO DE INSTRUMENTO</p> <p>com pedido de tutela de urgência e pedido de</p> <p>efeito suspensivo</p>

pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

RAZÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGRAVANTES: fulana de tal, fulano de tal e fulana de tal

Agravado: Inexistente

Ação: Acordo de Reconhecimento e Extinção de União
Estável Pós Morte Processo de Origem: **xxxxxxx**.

Egrégio Tribunal de
Justiça, Colenda
Turma,
Ínclitos Julgadores,

Em que pese o brilhantismo do (a) Juiz (a) de Direito da Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões xxxxxx, a decisão recorrida merece reforma, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

A ciência pessoal da Defensoria Pública quanto à decisão recorrida ocorreu em xxxxx (xxxxxxxxxx).

Nos moldes do art. 219 do Código de Processo Civil vigente, excluem-se da contagem, os sábados, domingos e feriados. Além disso, a Defensoria Pública do xxxxxxxxx goza

de prazo em dobro para suas manifestações, conforme dispõe o art. 186 do referido estatuto processual. Assim, o prazo para interposição do presente recurso termina no dia xxxxxxxx.

Nestes termos, verifica-se a tempestividade do presente recurso.

II- DOS FATOS

Inicialmente, os filhos do falecido, Senhores FULANO DE TAL E FULANA DE TAL e, a ex-companheira do falecido, Senhora FULANA DE TAL, ajuizaram Acordo de Reconhecimento e Extinção de União Estável Pós Morte do falecido FULANO DE TAL.

No âmbito da ação, o juízo requereu em Decisão Interlocutória, ID XXXXXXXXXX, que emendasse a petição inicial para incluir alguns documentos e excluir do polo ativo os herdeiros do falecido e incluí-los no polo passivo da demanda, tendo em vista que os herdeiros não possuem legitimidade para requerer o reconhecimento pleiteado, ainda que sejam maiores, capazes e não tenham interesse em contestar a ação.

A emenda ID xxxxxxxxxxxxxx foi devidamente juntada aos autos com toda documentação exigida pelo juízo. Entretanto, os acordantes ratificaram o Acordo e continuaram no polo ativo da demanda, pois não tinham interesse em contestar a ação.

O juízo em nova Decisão Interlocutória de ID 134431222 recebeu parcialmente a emenda e requisitou, novamente, a mudança dos herdeiros do falecido para o polo passivo da demanda.

Em resposta à Decisão supracitada, na emenda de ID xxxxxxxxx, ratificou, pela segunda vez, o Acordo de Reconhecimento e Dissolução de União Estável Pós Morte, com a justificativa da desnecessidade da realocação dos

Requerentes, todos maiores e capazes, para o polo passivo da demanda.

O juízo, pela terceira vez, em nova Decisão Interlocutória de ID xxxxxxxxxxxx não recebeu a última emenda com justificativa semelhante ao das outras emendas.

Dessa forma, como não existe litígio entre os herdeiros e a ex-convivente, os acordantes requerem que o Acordo de Reconhecimento e Extinção de União Estável Pós Morte seja deferido e reconhecido, já que não existe a necessidade de intimação de réus, **tratando inquestionavelmente de jurisdição voluntária.**

III - DO CABIMENTO

No caso dos autos, os agravantes estão todos de acordo acerca do reconhecimento da união estável, tratando-se apenas de hipótese de homologação judicial. No entanto, a decisão que determinou a emenda afirmou que “não é possível” homologar o acordo pretendido.

Consoante entendimento já firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, a decisão que afirma a impossibilidade jurídica do pedido deve ser considerada decisão parcial de mérito sob a égide do CPC/2015, atraindo a recorribilidade imediata com fundamento no art. 1.015, inciso II, da legislação adjetiva (REsp n. 1.757.123/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 13/8/2019, DJe de 15/8/2019).

Ademais, ao determinar que o segundo e a terceira agravantes sejam retirados do polo ativo, a e. juíza determina, por via indireta, a exclusão de litisconsorte (**art. 1.015, inciso VII, do CPC**).

O que pretende a e. juíza é transformar um rito de jurisdição voluntária em procedimento contencioso, o que revela a impropriedade de se aguardar para alegar a questão por meio de preliminar de apelação. Afinal, se as partes anuírem com a litigiosidade pretendida, não haverá razão para se alegar

novamente tal questão em sede de apelação, pois a sentença somente será proferida quando todo o procedimento tiver sido esgotado. Dessa maneira, a própria finalidade

de se obter o reconhecimento consensual não subsiste após a sentença litigiosa, reforçando a natureza meritória da questão discutida.

Por fim, importante frisar que **a Defensoria Pública já ratificou mais de uma vez o seu entendimento pela possibilidade de acordo, sendo que a e. juíza se negou por três vezes a receber a inicial e, ao mesmo tempo, se nega a extinguir o processo, com a clara intenção de obstar a apelação e forçar os agravantes a ceder ao seu entendimento.**

Por esses motivos, cabível a recorribilidade imediata.

III - DA DECISÃO AGRAVADA

Na decisão recorrida, o (a) MM. Juiz (a) se manifestou da seguinte forma:

“DECISÃO

- 1. Este Juízo determinou, pela segunda vez, a emenda à petição inicial (ID xxxx - Págs. 1/2).*
- 2. Após, a parte autora apresentou petição de ID xxxxxx - Págs. 1/3, pugnando, em síntese, pelo recebimento da petição inicial da forma previamente apresentada.*
- 3. Consigno que a parte autora não cumpriu integralmente as determinações das decisões de emenda de xxxxx - Págs. 1/4 e ID xxxxxx - Págs. 1/2, tampouco interpôs recurso de agravo de instrumento em face das referidas decisões.*
- 4. Consigno, ainda, que, não obstante os argumentos expostos pela parte autora à ID xxxxxxxxx - Págs. 1/3, mantenho a decisão de ID xxxxx - Págs. 1/2 por seus próprios fundamentos.*
- 5. Sem prejuízo, concedo à parte autora o derradeiro prazo de 15 (quinze) dias para cumprir integralmente as*

determinações de emenda de ID

134431222 - Págs. 1/2, pena de indeferimento da inicial (CPC, art. 321, parágrafo único).

6. Alerta a parte autora de que não será concedida nova oportunidade para cumprimento.

Recanto das Emas/DF.”

Portanto, o (a) ilustre magistrado (a) argumentou que não existe possibilidade de ter um acordo na Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável Pós Morte, mesmo com o consentimento de todos os herdeiros, ou seja, daqueles que em tese sofrerão com os efeitos da referida sentença que reconhecer a dissolução e extinção de união estável, ademais todos são maiores e capazes.

IV- DO DIREITO AO ACORDO NA AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL PÓS MORTE

Nesse sentido, o Egrégio TJDFT, já se posicionou no sentido de que é cabível a possibilidade de Acordo no Reconhecimento e Dissolução de União Estável Pós Morte, “verbis”:

UNIÃO ESTÁVEL. ACORDO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO PÓS- MORTE. HOMOLOGAÇÃO. CABIMENTO

1. É cabível a homologação de acordo de reconhecimento e dissolução de união estável pós-morte proposta pela companheira sobrevivente e os herdeiros, maiores e capazes, desde que ausente vício de consentimento, nulidade ou prejuízo a terceiros.

2. Recurso provido.

(Acórdão n.727263, 20110112127539APC, Relator: ANTONINHO LOPES,

Revisor: CRUZ MACEDO, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento:

*11/09/2013, Publicado no DJE: 04/11/2013. Pág.: 109). Grifo
nosso.*

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ACORDO CELEBRADO ENTRE OS CONVIVENTES. HOMOLOGAÇÃO PELO JUÍZO. POSSIBILIDADE. DIREITOS DISPONÍVEIS. MINISTÉRIO PÚBLICO. AUDIÊNCIA PRÉVIA.

1. Tratando-se de acordo de reconhecimento e dissolução de união estável celebrado entre partes maiores e capazes, sem vício de consentimento, nulidade ou prejuízo a terceiros, não é necessária a dilação probatória e audiência prévia para comprovar a idoneidade do pactuado.

2. Recurso não provido.

(**Acórdão n.492894**, 20090210062952APC, Relator: CRUZ MACEDO, Revisor: FERNANDO HABIBE, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 24/03/2011, Publicado no DJE: 04/04/2011. Pág.: 145) Grifo nosso

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM. HOMOLOGAÇÃO PELO JUÍZO. POSSIBILIDADE. DIREITOS DISPONÍVEIS. MINISTÉRIO PÚBLICO. AUDIÊNCIA PRÉVIA.

1. Tratando-se de acordo de reconhecimento e dissolução de união estável post mortem celebrado entre a companheira e os herdeiros, maiores e capazes, sem vício de consentimento, nulidade ou prejuízo a terceiros, não é necessária a dilação probatória e audiência prévia para comprovar a idoneidade do pactuado.

2. Recurso não provido.

(**Acórdão n.492893**, 20090210062212APC, Relator: CRUZ MACEDO, Revisor: FERNANDO HABIBE, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 24/03/2011, Publicado no DJE: 04/04/2011. Pág.: 145) Grifo nosso

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO E
DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ACORDO CELEBRADO
ENTRE OS CONVIVENTES. HOMOLOGAÇÃO PELO JUÍZO.
POSSIBILIDADE. DIREITOS DISPONÍVEIS. MINISTÉRIO
PÚBLICO. AUDIÊNCIA PRÉVIA.

1. Tratando-se de acordo de reconhecimento e dissolução de união estável celebrado entre partes maiores e capazes, sem vício de consentimento, nulidade ou prejuízo a terceiros, não é necessária a dilação probatória e audiência prévia para comprovar a idoneidade do pactuado.

2. Recurso não provido.

(Acórdão n.530394, 20080210040473APC, Relator: CRUZ MACEDO, Revisor: FERNANDO HABIBE, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 10/08/2011, Publicado no DJE: 30/08/2011. Pág.: 166) Grifo nosso

De tal modo, não se mostra arrazoado que não possam fazer acordo já que todos os herdeiros são maiores e capazes.

Não há que se falar em polo passivo, pois a ação não é em **desfavor** do falecido ou de seu espólio.

V- DA TUTELA RECURSAL DE URGÊNCIA

A tutela recursal de urgência, em sede de agravo de instrumento, é medida prevista no art. 1019, I, do Código de Processo Civil, a qual deve ser concedida sempre que atendidos os requisitos para a concessão da tutela de urgência ou de evidência.

No presente caso, verificam-se os requisitos para a concessão da tutela de urgência.

A plausibilidade do direito se verifica pelos argumentos de fato e de direito acima apresentados, bem como pela cópia dos autos do acordo de

Reconhecimento e Dissolução de União Estável Pós Morte, **em que se encontram as assinaturas de todos os herdeiros do *de cujus*.**

Ademais, verifica-se a possibilidade de dano ao resultado útil, tendo em vista que os herdeiros são pessoas humildes e têm pressa para o resultado final da ação já que a ex-

companheira do falecido nunca trabalhou e precisa da pensão por morte do companheiro para sobreviver com dignidade e, posteriormente, ajuizarão ação de Inventário para regularizar a situação do bem deixado pelo falecido.

Portanto, impõe-se a antecipação da tutela recursal, no sentido de reformar a referida decisão para que os recorrentes não sejam obrigados a transformar ação em litígio já que existe acordo.

VI - DA JUNTADA DAS PEÇAS OBRIGATÓRIAS E FACULTATIVAS

Os agravantes juntam cópia integral dos autos do acordo de Reconhecimento e Dissolução de União Estável Pós Morte, em que se encontram as seguintes peças:

- a) Cópia integral da petição inicial (ID xxxx)
- b) Cópia integral da r. decisão agravada (ID xxxx)
- c) Cópia das emendas (ID xxxxxxxxxxxxe seguintes)

VII - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requerem o conhecimento do recurso e:

- a) A concessão da tutela provisória de urgência, no sentido de reformar a referida decisão, atribuindo efeito suspensivo, para que os recorrentes não sejam obrigados a constarem no polo passivo da demanda, **ou seja, permaneçam no polo ativo**, uma vez que se trata de **demanda consensual, portanto jurisdição voluntária**;

b) Que no mérito o presente agravo seja conhecido e provido, reformando-se a decisão recorrida para que os recorrentes não sejam

obrigados a constarem no polo passivo da demanda, **ou seja, permaneçam no polo ativo, uma vez que trata-se de demanda consensual, portanto jurisdição voluntária.**

Pelo exposto, pedem deferimento.

Fulnao de tal
DEFENSOR PÚBLICO DO XXXX
